

# PROJETO DE PESQUISA: DIREITO A TERRA E CONDIÇÃO DE TRABALHO NO SUL DO MARANHÃO A PARTIR DA LIDERANÇA DE MANOEL DA CONCEIÇÃO

Ronisia Mara Moura Silva <sup>1</sup>

Robson Laverdi <sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O período da Ditadura civil-militar foi o momento da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Esta época vai de 1964 a 1985 e caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Tais ações expandiram-se pelo Brasil, resultando em momentos de tensões, tanto na cidade como no campo.

No Estado do Maranhão diversos conflitos surgiram principalmente pela posse de terra, especialmente na região de Pindaré Mirim, no qual havia muitas áreas devolutas e que começaram a ser ocupadas a partir da década de 1950 por trabalhadores rurais do médio Mearim e migrantes do Ceará e Piauí, que ao adentrarem no território maranhense foram abrindo novas fronteiras produtivas, formando povoações e originando municípios. Nesta localidade onde se tinha matas com grandes plantações de arroz, também se tornou notório às ameaças feitas por latifundiários a trabalhadores que se recusavam a sair das terras que estavam e que foram ocupadas pelos mesmos.

O Maranhão dos anos 60 é uma representação da pobreza, do abandono da população e descaso por parte das autoridades como também da fome, tornando-se terreno apropriado para os anseios de melhoria, presente nos discursos políticos. Paralelo a esta realidade tem inicio a expulsão em massa dos camponeses de suas terras, para darem lugar a essas melhorias, originando principalmente o inchaço populacional urbano.

Dessa forma os projetos idealizados pela política nacional incluiria o estado do Maranhão, pois foi o período da criação da infraestrutura onde viabilizava a construção de estradas que beneficiaria os futuros empreendimentos, que seria a mudança da realidade social.

Em 1967, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) aprovava a Companhia Industrial de Desenvolvimento Da Amazônia (CIDA), projeto de exploração da madeira que, por conveniência da empresa, modificou a estrada da cidade de Coquelândia para a nova cidade de Cidelândia dando acesso ao extremo oeste do Estado.

Para que os interesses fossem concretizados, foi indispensável o uso da legislação, instituindo-se durante o governo de José Sarney a “Reserva Estadual de Terras”, pelo decreto 3.831, de 6 de dezembro de 1968, e seus órgãos as Delegacias de Terras no interior do estado ligadas a Secretaria da Agricultura.

1 Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestranda em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista pela Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) 2016. E-mail: ronisia18@hotmail.com

2 Orientador da pesquisa. Professor com Pós - doutorado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: laverdirobson@gmail.com

Em 1968, se teve a criação da Delegacia de terras na cidade de Imperatriz (ao sul do estado) e a lei Estadual de Terras, ambas tornaram-se instrumentos necessários para facilitar a ocupação dos grandes latifundiários. Em 1969, abriu-se nas matas virgens do Pindaré a estrada Açailândia-Santa Luzia, região onde se registraram as mais graves chacinas dos trabalhadores rurais. Dessa forma precisava-se “limpar a área”, e nada melhor para isso do que inventar a existência de movimentos subversivos. Era permitido “matar sem que fosse considerado crime”.

Época em que o maranhense foi despojado do seu patrimônio e também momento em que o Governo criou a Companhia De Colonização Do Nordeste (COLONE) e a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), onde serviriam de supostos projetos de assentamento de trabalhadores.

Mediante este cenário de conflitos os trabalhadores rurais precisavam ter seus direitos respeitados, como também o próprio direito a terra. Como detalha Franklin (2008):

Nessa verdadeira guerra de disputa do espaço territorial e do direito à terra, surgiu o primeiro sindicato autônomo de trabalhadores rurais do Maranhão, com mais de oito filiados, a partir de orientação do Movimento de Educação de Base (MEB), órgão ligado a igreja já pentecostal Assembléia de Deus, de quem eram usadas as casas de oração para reuniões sindicais, situação incomum que terminou de forma conflituosa (CONCEIÇÃO apud FRANKLIN, 2008, p.136).

Nesse contexto e período surge o camponês maranhense Manoel Conceição Santos, na região do Pindaré, juntamente com outros camponeses organizaram os trabalhadores rurais daquela região, depois Manoel participou de entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e o Partido dos trabalhadores (PT).

Conceição também participou do curso de formação sindical e cooperativismo promovido pelo Movimento de Educação de Base – MEB, o que o afastou da igreja pentecostal e o aproximou – da Igreja católica, interessando-se cada vez mais pelas lutas sociais; especialmente as lutas do campo (GALANO, 1982).

Revoltados contra a política de baixos preços que atravessadores e comerciantes impunham a seus produtos, e contra as investidas dos grileiros que tentavam por todos os meios expulsá-los das terras, Manoel da Conceição juntamente com diversos companheiros, começaram a fundar “escolas

sindicais” pela região, onde eram debatidas formas de imposição de preços justos e a resistência aos latifundiários, além da alfabetização dos camponeses.

Foram esses camponeses, suas famílias e descendentes, que até a década 1970 fizeram do Maranhão o segundo maior produtor nacional de arroz, utilizando as extensas terras devolutas do oeste e sudoeste do Estado.

De acordo com Manuel da Conceição (1980) o camponês era a força principal, brigava pela terra até a última gota de sangue. A questão central era estabilizar o camponês na terra, fazer a reforma agrária e isso dentro dos moldes de reivindicação reformista não era possível.

Conceição (1980) destaca que: Até então, a polícia via aqueles grupos armados no Pindaré – Mirim simplesmente como defesa dos plantios, do preço da produção: o problema político estava escondido nisso aí. Mas, no momento que a propaganda da Guerra Popular apareceu, não teve mais jeito. A polícia foi para massacrar mesmo, logo na primeira assembleia que foi realizada (CONCEIÇÃO, 1980 P. 157).

Fundador do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais no Maranhão, em Pindaré-Mirim, Manoel da Conceição juntamente com seus companheiros sindicais, lutaram contra o latifúndio e, sobretudo contra o golpe civil-militar. Neste momento, Manoel como primeiro presidente do sindicato, ganha visibilidade frente à luta dos trabalhadores no estado, quando instaurado o regime militar, o mesmo é considerado pelo estado como “perigoso”, sendo perseguido, preso, torturado, tendo uma perna amputada e mais tarde sendo exilado na Suíça até a lei da anistia, final da década de setenta.

Quando retornou do exílio ao país, Manoel continuou participando da organização dos trabalhadores, ao lado de outras lideranças, encabeçou a lista dos fundadores do PT no Brasil, sendo o filiado de número 3 (três) e ajudou na criação da CUT. Depois, voltou para o Maranhão em meados da década de oitenta, onde, até hoje ao lado de trabalhadores e trabalhadoras como também dos companheiros de luta, milita em organização de sindicatos, movimentos sociais, cooperativas, associações comunitárias e do próprio Partido dos Trabalhadores.

Esta proposta parte da importância de analisar as condições de vida e trabalho do camponês no Sul do Maranhão durante o período de 1960 a 1980, despertada pela vontade de que a comunidade conheça a realidade do trabalhador do campo, como

também os conflitos e tensões vivenciados pelos mesmos, sendo essa uma parte da história do estado do Maranhão.

## PROBLEMÁTICA

### CONFLITOS NO TERRITÓRIO MARANHENSE

O Estado do Maranhão foi palco de intensos conflitos ganhando bastante intensidade entre as décadas de 1960 a 1980, estando relacionados em parte ao fator da grilagem e a posse da terra. Conforme Victor Asselin (2009), um estudioso da questão agrária, a grilagem de terra não é um fato isolado, correspondendo a um modelo econômico e uma estrutura sociopolítica estrutural, sendo planejada e estimulada. Numa perspectiva de mesma direção Pedrosa destaca que a partir da década de 1960 tiveram inicio os confrontos a partir da pressão da grilagem pelas terras devolutas do Estado, assim como expropriações forçadas por grandes empresas (PEDROSA, 2012, p33).

É na região do Pindaré no estado do Maranhão, aonde a violência da expropriação e da grilagem chegou primeiro. Ali, desde os primeiros anos da década de 1960, os camponeses faziam resistências às investidas de grandes latifundiários, “coronéis” da terra e às vezes também da política, que se faziam representar através de capangas pistoleiros ou mesmo instituições do governo, como a polícia.

A região do Pindaré é entendida nesse contexto como um dos primeiros locais para a difusão da expropriação e da violência que se manifestaram com bastante vigor no espaço agrário maranhense após a segunda metade do século XX. As ações da grilagem e a violência rapidamente se expandiram no território maranhense demonstrando a versão eficaz dos conflitos manifestados no campo. . “Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora” (HOBSBAWM, 1995, p. 288).

Ameaças, invasões de roças e casas, prisões, alienamento e mortes faziam parte do método e do processo de intimidação, expropriação dos posseiros maranhenses. Eram essas ações rotineiras nos anos de 1970 no sudoeste maranhense, principalmente no Alto Pindaré.

Nesse mesmo período intensificaram-se os problemas referentes à terra no estado. Esses pro-

blemas resultaram de múltiplos fatores, inclusive do processo de migração de nordestinos para o Maranhão que alcançou seu apogeu até os anos de 1960. Paralelo a este momento ocorre o desenvolvimento da malha rodoviária que passa a atrair grupos econômicos que despertam o interesse pela terra como valor de mercado.

Pedrosa (2012) destaca que, “essas regiões recebiam o fluxo migratório de camponeses expulsos das regiões de colonização antiga e de outros Estados do Nordeste, nas quais se fazia mais violenta a pressão pelo pagamento da renda e do foro” (PEDROSA, 2012, p.17).

Entretanto, os conflitos de terra no estado se acirraram de fato quando da implantação da “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/ 17-07-1969), também chamada de “Lei de Terras do Sarney”, que respaldava a privatização das terras públicas do Maranhão e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agro-industriais, excluindo famílias rurais do acesso a terra.

A “Lei de Terras Sarney” objetivou também a transferência de grandes terras a grupos empresariais do nordeste e Centro-sul do Brasil, como também eram leiloadas terras entre amigos, sócios e parentes da família Sarney. Surgindo dessa forma uma reinvenção do latifundiário moderno.

Azevedo; Alencar; Soares (2014) explica que: A questão fundiária maranhense tem sua origem na forma como se distribui o acesso aos recursos fundiários, estando relacionados a políticas governamentais que vem se desenvolvendo, sendo acentuada com a “Lei Sarney de Terras” (AZEVEDO; ALENCAR, SOARES, 2014, p.05).

Cabe destacar também que muitos outros compraram posses e títulos para a formação de fazendas. Alguns, empresários e fazendeiros de outros estados, com recursos próprios; outros, através de projetos aprovados por instituições financeiras como afirma Franklin (2008):

A fragilidade dos posseiros se dava principalmente porque a quase totalidade dos que imigraram para o sudoeste maranhense era de camponeses analfabetos ou pessoas de pouca instrução, sem noção legal de posse ou propriedade; para quem a terra devoluta, sem produção e sem reclamante, era território de quem nele se atrevesse a derrubar, queimar, plantar e colher; que tivesse disposição e coragem para a lida da roça. Documentação de terra não era objeto de sua preocupação (apud FRANKLIN, 2008, p.135).

É importante pontuar que essa estrutura gera com frequência os conflitos pela posse de terras no

Estado, entre os antigos ocupantes, e os “ditos proprietários”, na maioria das vezes oriundas do próprio estado ou de outras localidades, aumentando principalmente o índice de violência.

Entretanto esses conflitos produziram uma incipiente resistência política dos camponeses frente aos conflitos da terra, que passam a se organizar através dos sindicatos dos trabalhadores rurais como forma de fortalecer o movimento camponês e lutar por seus pelos direitos.

Dentro deste espaço sindical, destacou-se Manoel da Conceição, um camponês posseiro, teve sua vida marcada pelas expulsões das terras em que morava e juntamente com um grupo de trabalhadores rurais em defesa dos interesses dos trabalhadores camponeses fundaram o primeiro sindicato de trabalhadores rurais da história do Maranhão localizado em Pindaré-Mirim, no qual Manoel da Conceição foi escolhido o primeiro presidente do sindicato.

A partir deste momento e por sua atuação a frente do sindicato, Manoel da Conceição passa a ganhar visibilidade dentro do movimento camponês em Pindaré – Mirim e na região, como também no cenário maranhense, emergindo como símbolo aglutinador para os camponeses daquela localidade. Nessa região, em que estava localizado o sindicato, o conjunto de militantes chegou a aglutinar 100 mil trabalhadores rurais.

Quando se instaurou o golpe militar, só no sindicato de Pindaré “havia quatro mil camponeses que incomodavam bastante os fazendeiros da região”, que não se conformavam com a concentração das terras e suas consequências. Logo após o golpe militar o governo manda fechar os sindicatos colocando-o na clandestinidade. Através da resistência, o governo utiliza vários recursos na tentativa de intimidar os trabalhadores, principalmente a violência física como as comuns prisões e espancamientos ocorridos.

A partir deste momento, Manoel da Conceição, já pela segunda vez como presidente do sindicato, passa a ser perseguido, preso, torturado durante o período da ditadura civil-militar, principalmente por organizar os trabalhadores daquela região do Maranhão. Surgindo um ponto de partida para vários conflitos entre os trabalhadores e o governo, tanto na esfera municipal, estadual e federal.

Conforme apresentada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV):

De imediato, o Exército ocupou a sede da entidade e ali ficou por 60 dias. Duzentos lavradores

foram presos. Somente no mês de junho daquele ano, Conceição foi preso cinco vezes na cadeia municipal. Mesmo fechado pela ditadura, o sindicato tinha quatro mil filiados em 1968, quando a polícia invadiu uma de suas sedes e baleou o dirigente na perna direita. Após seis dias preso e sem ser medicado, teve de amputar a perna. (CNV, 12/12/2014).

É importante ressaltar, que a reflexão sobre a luta pela posse da terra requer inúmeras mudanças principalmente por possuir em sua essência questões culturais, econômicas, sociais e políticas que precisam, portanto, ser tratadas em conjunto. A luta e resistência camponesa estão assentadas num conjunto de relações tradicionais, culturais, econômicas e políticas cultivadas há séculos pelo campesinato que se distendem na construção do território camponês. Através das práticas de lutas, realizadas no território camponês, o campesinato tem reclamado e construído o seu lugar social.

De acordo com Barbosa (2008), já “na década de 1970, iniciou-se o processo de cercamentos, quando fazendeiros/grileiros (muitos de outros estados da federação) se apropriaram de terras cercando-as em grandes áreas (fazendas), sobretudo para a realização de projetos agropecuários” (BARBOSA, 2008, p.264). O incentivo à pecuária, respaldado pelo governo do estado, começou a agravar a situação de trabalhadores rurais, uma vez que áreas agricultáveis passaram a ser substituídas por pastagem.

O espaço rural maranhense apresentou como traço visível à violência generalizada que se difundiu no campo. Foram esses camponeses, suas famílias e descendentes, que até o período de 1970 fizeram do Maranhão o segundo maior produtor nacional de arroz, utilizando as extensas terras devolutas do oeste e sudeste do Estado.

Apesar disso, a política governamental não os amparou legalmente; eles não se favoreceram com o domínio nem a posse das terras. Com isso, deu-se margem e se incentivou a disputa pela posse e titularidade das áreas, entre eles e os grileiros, a serviço de empresas, fazendeiros e de políticos; um embate desigual imperava: a expropriação, a violência e a morte.

Entretanto no sentido de prover terras aos trabalhadores rurais e amenizar as tensões existentes no estado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passa a atuar na regularização fundiária da área de posse camponesa sob disputa com terceiros, principalmente no que concede a ocupação de terra realizada por camponeses em movimento espontâneo ou organizada.

De modo geral e mais objetivo, a Constituinte passa a possibilitar legislativamente o direito aos camponeses de obterem imóveis rurais de terras públicas e/ou devolutas através da Reforma Agrária. Com isso o reconhecimento burocrático concedido pelo governo através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a estes camponeses sendo até mesmo assentados na terra, assegura esses direitos, surgindo para os camponeses à oportunidade da obtenção de créditos fundiários.

## REALIDADE RURAL E MEMÓRIA

Entende-se que o território é uma construção social, resultante das várias relações de poder estabelecidas e existentes no espaço e que são geradoras de conflitos entre as classes sociais. Dessa forma, o território é instrumento da luta de classes. Como aponta Oliveira (2007), “O território é assim, o produto concreto das lutas de classe travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 2007, p.8).

Para Fabrini (2012) esses “enfrentamentos do campesinato ao agronegócio/latifúndio manifestados nas ocupações de terra, são centrais na construção do território camponês. Pois o conflito gerado permite ao campesinato a possibilidade de retorno/ acesso a terra com a conquista dos assentamentos, no qual são materializadas as relações camponesas e construído o território camponês” (FABRINI, 2012, p.39). O movimento camponês ao abdicar o modelo de agricultura imposto pelo latifúndio/agronegócio tem se instituído como protagonistas na recriação e na segurança da existência do campesinato.

A partir da reflexão historiográfica comprehende-se que a ocupação do Cerrado brasileiro ocorreu principalmente após a instalação da capital federal no centro-oeste do país. Nesta época, no entanto, uma grande parte da população já morava na região, sendo mais da metade desta, residente em áreas rurais. Com a edificação da nova capital brasileira, Brasília, surgiram também novos caminhos, que possibilitaram um avanço ainda maior da ocupação do Cerrado. Destacam-se, neste âmbito, as rodovias, como facilitadores no processo de ocupação do Cerrado principalmente no sul do estado do Maranhão.

O processo de ocupação do sul do estado do Maranhão não diverge do processo de ocupação do Cerrado como um todo no Brasil. Tendo em vista

que esse processo foi realizado com base na “facilidade” do Estado do Maranhão, no quais muitos agricultores principalmente da região sul do Brasil se deslocaram para a região maranhense por serem atraídos pela facilidade de crédito e pela oferta dos baixos preços das terras.

De acordo com a reflexão de Rocha (2015), “para estes migrantes, a chegada ao Maranhão não resolveu seus problemas quanto à posse da terra. A implantação de rodovias em território maranhense veio contribuir para a valorização da terra perante o capital, transformando grande parte das áreas de lavoura e extrativismo tradicionais num processo de pecuarização apoiado por políticas governamentais, através de incentivos fiscais que favoreceram a implantação de grandes empresas. Como consequência, ocorreu a expulsão do pequeno trabalhador rural (posseiro) que continuou avançando para as áreas devolutas do estado” (ROCHA, 2015, p.16).

De forma distinta da que ocorria na região sul do Estado do Maranhão, as terras no sul do Brasil apresentavam já nessa época um aumento expressivo em seus valores, sendo que este fato era principalmente decorrente da alta concentração fundiária. Rocha (2015) destaca: que “várias foram às ações governamentais destinadas à execução de um desenvolvimento econômico, que na realidade se apresentam como responsáveis pela expropriação de um grande número de trabalhadores rurais e que foram propiciadoras de inúmeros conflitos, envolvendo a posse de terra por classes sociais antagonistas” (ROCHA, 2015, p.17).

A reflexão de Ribeiro (2011) sobre o movimento camponês aponta que o mesmo é “uma unidade em processo de construção, por isso caracterizado como um sujeito político coletivo; é constituído por uma diversidade de formas assumidas pelos movimentos sociais populares, que se organizam para enfrentar os desafios próprios das relações sociais peculiares ao trabalho no e do campo, no Brasil” (RIBEIRO, 2011, p.460). A cultura neste contexto indica a totalidade daquilo que é aprendido e compartilhado pelos indivíduos como membros da sociedade, “a cultura consiste nas ideias e nos padrões de comportamento que os integrantes de uma sociedade aprendem através da linguagem e de outras formas de interação simbólica” (CARMO, 2007, p.101).

Além disso, a cultura produz sentido sobre a nação, através de seus hábitos e valores; sentido com os quais podemos nos identificar construindo

identidades, esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.

Pensar a história do Brasil, a partir da perspectiva da memória camponesa, ou seja, dos desvios e das interrupções, significa também lançar o olhar para as vítimas do passado que ficaram no meio do caminho, presentificar suas ausências e combater seu esquecimento.

Para Pollak (1989), "Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc" (POLLAK, 1989, p.7).

A Comissão Camponesa da Verdade (2014) no relatório final das violações de direitos no campo faz a seguinte abordagem:

Na luta camponesa por direitos e contra o latifúndio e a propriedade privada, figuram ações de milícias privadas, jagunços, pistoleiros, e outros, em violências reiteradamente marcadas como "crimes comuns". Entretanto, poucos são investigados os agentes do Estado que participaram ativamente de ações repressoras, por convivência ou omissão, dos crimes cometidos no campo. Tampouco é aprofundado o impacto das políticas públicas que se abateu contra a população rural no período. Falar em memória e verdade no campo deve abrir a possibilidade de reescrever um capítulo da história brasileira e reconhecer e responsabilizar agentes do Estado por violações de direitos, cometidos no abuso de suas competências (CCV, 2014, p.26).

Diante do exposto a escolha para realização da pesquisa é a região Sul do Estado do Maranhão, sendo motivada, pela expansão dos conflitos, ocorrente inicialmente na parte Norte do estado e posteriormente na parte Sul.

Dentro da temática de análise das Lutas Camponesas no Sul do Maranhão de 1960 a 1980. É importante entender elementos de memória, que são característicos ao Brasil rural, ligados pelos relatos de personagens que participaram deste processo de conflito e tensão, das lutas e dos movimentos sociais no campo.

Quanto às reflexões sobre memória, Thompson (1998, p.17) frisa que "é preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir

e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de fatos coletivos".

Segundo Amado (1995, p.132) "A memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo".

Para Soares; Antunes (2010, p.16) "Relembrar significava reencontrar pessoas, tanto aquelas que amava e admirava, quanto as que desprezava, todas figuras que o ajudavam a se repensar".

Entretanto muitos foram os personagens da nossa história comum que enfrentaram diretamente os desafios da questão agrária, como também os conflitos e tensões do campo, através da memória meu trabalho reconstrói a história desses personagens camponeses, que em algum momento desse período da história foram considerados subversivos por suas ações e tiveram suas lutas silenciadas..

Além disso, o propósito é entender de que maneira a construção social da memória sobre a liderança de Manoel da Conceição expressa as tensões, valores e esperanças do movimento camponês na sua luta pela transformação da realidade rural no Sul do Maranhão?

## OBJETIVOS

### OBJETIVO GERAL:

A pesquisa tem como objetivo geral: compreender o movimento camponês no sul do Maranhão, através das marcas de memória existente no assentamento Serafim (localizado no Sul do Maranhão) e de documentos do INCRA no período de 1960 a 1980.

### ESPECÍFICOS:

Destaca-se a importância de:

- Verificar o contexto da disputa pela terra no período de 1960 a 1980.

- Entender a organização do espaço agrário no sul do Maranhão a partir de registros documentais e das narrativas.
- Conhecer quem eram os grupos que detinham a posse de terra no estado do Maranhão.
- Analisar a Legislação que regulamentava a disputa pela terra.

## OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Apresentam-se os objetivos específicos, seguidos das questões operacionais, juntamente com algumas fontes relacionadas às temáticas.

Para atingir o objetivo proposto é de suma importância verificar **o contexto da disputa pela terra no período de 1960 a 1980**, a nível de Brasil e principalmente no Estado do Maranhão enfatizando a região sul do Estado. Sendo importante constatar:

- Quem eram os sujeitos envolvidos na posse pela terra?
- Quais os fatores motivadores das tensões e conflitos no campo?
- Como se configurava o espaço urbano e rural e de que maneira se dava a disputa pela terra?

Para responder a essas questões operacionais centra-se na leitura e fichamento do conjunto bibliográfico referente ao assunto e que se encontra descrito abaixo:

- “A questão agrária no Brasil História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964”, João Pedro Stedile (2012);
- “A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980”, João Pedro Stedile (2012);
- “O cativeiro da terra, José de Sousa Martins” (1996);
- “A luta pela Terra no Brasil”, João Pedro Stedile (2012);
- MARTINS. José de Sousa. Reforma Agrária: o impossível diálogo, 2004;
- \_\_\_\_\_. Expropriação e violência: a questão política no campo. 1991;
- \_\_\_\_\_. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2003;
- \_\_\_\_\_. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político, 1981;

- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Modo capitalista de produção e agricultura. 1987;
- \_\_\_\_\_. A agricultura camponesa no Brasil. 1996;
- ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo no Brasil. São Paulo: PONTES, 1995
- BOITO Jr. Armando et al. O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BONIN, Ana Maria A. et al. Movimentos Sociais no Campo. Paraná: Criar Edições, 1987.
- Perer Burke. História e Teoria Social.
- José de Souza Martins (1982). Sobre o modo capitalista de pensar.
- Maria da Glória Marcondes Gohn .Teorias dos movimentos sociais.
- Iria Zanoni Gomes (2011). A construção de uma nova subjetividade.

Para entender a organização do movimento camponês no nordeste é interessante realizar incialmente leituras sobre as Ligas camponesas no qual faremos uso da leitura de João Stedile na obra “A questão agrária no Brasil História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964” seguida das demais obras do autor mencionadas acima; também faremos uso da obra “Movimentos Sociais” de Ana Maria Bonin buscando entender os próprios movimentos sociais; para contextualizar a questão Agrária faremos uso das obras de José de Sousa Martins e para entender o espaço sindical no Brasil no período em estudo, faremos uso da obra de Armando Boito “O sindicalismo brasileiro nos anos 80” como também a obra de Ricardo Antunes.

É importante entender o **contexto da organização do espaço agrário no sul do Maranhão a partir de registros documentais e das narrativas**. Sendo importante verificar:

- Como o movimento camponês se organizava no período em estudo?
- Qual era a situação fundiária do Estado no período estudado e como a mesma se configurou?
- Quais elementos permite caracterizar a realidade rural nesse determinado período?

Para atingir os objetivos a partir de **registros documentais** será analisado os documentos do INCRA, e a **partir das narrativas** assumo trabalhar com a História oral que valoriza as vozes dos mais diversos grupos sociais e possibilita outras versões

do processo histórico, através da realização de entrevistas com trabalhadores rurais do Assentamento Serafim que participaram e vivenciaram momentos da história maranhense e que inscreveram outras vozes a essa história para que possa ser registrada, discutida e assim não ser dissipada.

Faremos uso também da análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados obtidos através das entrevistas com os assentados no qual no intuito de analisar e interpretar as mensagens transmitidas pelos sujeitos da pesquisa.

Desta forma Amado explica (1995, p.135) que “Mediadas pela memória, muitas entrevistas transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos. A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm”.

Como também optamos pela leitura de:

- CABRAL, Maria do Socorro C. Caminhos do Gado: Conquista e Ocupação do Maranhão. MA, SECMA, 1992.;
- ARCANGELI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987;
- CARVALHO, Carlota. O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000;
- COELHO NETO, ELOY. História do sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979;
- Conflitos e resistências no sertão maranhense, Sávio José Dias Rodrigues (2012);
- Memória Mediação e Campesinato, Helciane de Fatima de Abreu Araújo (2010);
- ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste, 1998;
- LE GOFF, J. História e Memória. Campinas. 1994;
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. 1990;
- MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL, Michael Pollak, Estudos Históricos, 1992;
- Memória, Esquecimento, Silencio, Michael Pollak, Estudos Históricos, 1989;
- Porteli (1997), *Forma e significado na História*

*Oral como significado, A pesquisa como um experimento em igualdade;*

- \_\_\_\_\_, *O que faz a história oral diferente;*
- O massacre di civitella vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944), Porteli, Usos & abusos da história oral V Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. - Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- Usos & abusos da história oral V Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. 2006
- Raphael Samuel, Teatros de Memória, 1997; Beatriz Sarlo (2007), critica do testemunho: sujeito e experiência;
- \_\_\_\_\_, A retórica testemunhal.
- \_\_\_\_\_, Além da experiência.
- \_\_\_\_\_, Experiência e argumentação.
- \_\_\_\_\_, Pós-memória, reconstituições.
- \_\_\_\_\_, Tempo passado
- Joel Candal (2011), Memória e Identidade: dos indivíduos as retóricas holistas.
- \_\_\_\_\_, Da Mnemogênese à memogênese.
- \_\_\_\_\_, O jogo social da memória e da identidade: fundar, construir.
- \_\_\_\_\_, O jogo social da memória e da identidade; transmitir, receber.
- \_\_\_\_\_, Pensar, Classificar: Memória e ordenação do mundo.
- Verena Alberti, Fontes Orais: Histórias dentro da História.
- \_\_\_\_\_ (2005), Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC.
- \_\_\_\_\_, Manual de história oral.

Sendo que será desenvolvida também uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa Bibliográfica será feita com base em livros, jornais, revistas, sites, documentos, atinentes às temáticas em questão. Onde se dará na forma de uma leitura analítica.

É fundamental dentro dos objetivos secundários **conhecer quem eram os grupos que detinham a posse de terra no Estado do Maranhão.** Verificando inicialmente:

- Como era organizado esse espaço social e em que situações havia o conflito pela posse de terra?

Sendo indispensável à leitura de:

- Fátima Lomba de Fárias (2006), A vivência

da reforma agrária nos assentamentos.

- Regina Sader . Migração e Violência - O Caso da Pré-Amazônia Maranhense.
- LUNA, Regina Celi Miranda Reis - A Terra era Liberta, UFMA/Secr. Educação do MA., 1984.
- SADER, M. Regina de Toledo - Espaço e Luta no Bico do Papagaio - Tese, USP, 1987.
- Maria da Glória Gohn, Histórias dos movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos Brasileiros.
- Patrícia Mechi (2013), Camponeses do Araguaia: Da guerrilha contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra.
- CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA): Conflitos no campo 1986.
- \_\_\_\_\_: Conflitos no campo 1987. Márcia Motta e Paulo Zarth (Orgs.): Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, 2008.
- Helciane de Fátima Abreu Araujo; Ditadura Militar e Repressão aos movimentos sociais e sindicais atuantes no campo no Maranhão – anos 1960-1980.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: A guerra dos mapas. Belém: Falangola, 1994.
- \_\_\_\_\_. Transformações econômicas e sociais no campo maranhense. Autonomia e Mobilização Política dos camponeses no Maranhão. São Luís: Vol 5, 1981.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: Pesquisa Antropológica. Brasília, nº 9-10, 1976.
- CONCEIÇÃO, M. da. **Essa terra é nossa.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.) 2009. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. I: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.
- CHARTIER, R. À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude, 2002.
- MARTINS, José de Souza. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso. In: \_\_\_\_\_. O poder do atraso. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classes no campo, 1995. Tese (Doutorado) – IFCH, Unicamp.
- \_\_\_\_\_. A questão da reforma agrária no Brasil. 1983. Dissertação (Mestra-

do) – FFCL, Universidade de São Paulo.

- \_\_\_\_\_ Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. In: CARTER,
- Miguel (Org.). Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp.113-136.
- Ana Carneiro. Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos / Ana Carneiro ; Marta Cioccari ; – Brasília : MDA, 2010.

É importante também **analisar a legislação que regulamentava a disputa pela terra no Estado do Maranhão.** Sendo necessário verificar:

- De que maneira a legislação era aplicada no Estado do Maranhão?
- De que forma dentro da esfera política, o Estado intervivia nas questões agrárias?

Sendo importante para responder a essas questões, a leitura bibliográfica de:

- Bernardo Mançano Fernandes. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes Também disponível na página <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>
- Medeiros, Leonilde Sérvolo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia das Lutas no Campo. São Paulo: Contexto, 1996.
- Ribeiro, Darcy. O Povo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Ana Maria Simões Coelho, Mariana Guedes Raggi; Mário Emmanuel de Oliveira Moraes, Perla Zusman e Sérgio Martins. Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) - Coordenação de Publicações - Terra Livre.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1949.
- ALMEIDA, Alfredo W. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- \_\_\_\_\_. Preços e Possibilidades: A organização das quebradeiras de coco babaçu face à segmentação dos mercados. In.: ALMEIDA, A. W.;

- SHIRASHI, J.; MESQUITA, B. (Orgs.). Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados. 2. Ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2001, 27-46.

  - \_\_\_\_\_ . A mulher camponesa e o estado. In:
  - ANDRADE, Maristela (Orgs.), Viúvas entre a violência e a impunidade. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997.
  - COSTA, Wagner. Sob o Signo da Morte: Decadência, Violência e Tradição em terras do Maranhão. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
  - \_\_\_\_\_ . Do Maranhão Novo ao Novo Tempo: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, 1998. Mimeografado.

## **CRONOGRAMA**

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria Teresa de. AZEVEDO, Ana Carolina Nunes SOARES, Paulo Henrique Ferreira. **A Luta pela posse da Terra no Maranhão: Caso de CAXIAS-MA.** Anais do I SENGES. Maceió - AL, 2014.
- AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral.** São Paulo, 1995.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e Violência em terras do Carajás.** Imperatriz – Maranhão: Ética, 2009.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Trabalho, conflitos e identidades numa terra de babaçu.** Artigo. Disponível: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/137-400-I-PB.pdf.2008>.
- CARMO, Paulo Sérgio. **Sociologia e sociedade pós – industrial: Uma introdução.** São Paulo: Paulus, 2007.
- FABRINI, João Edmilson. **Assentamento Celso Furtado: Da Conquista da Terra às formas de resistência do Território camponês.** Revista Pe-gada – vol. 13 n.1, 2012.
- FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz-Maranhão: Ética, 2008.
- FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo.** Imperatriz – Maranhão: 2º Ed. Ética, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos; O breve século XX: 1914-1991;** tradução Marcos Santarrita - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Geografia e os movimentos sociais. In: Perspectiva Geográfica.** Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, n. 3, 2007. P. 7-28.
- PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A Questão Agrária no Maranhão.** Disponível em: <http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>. Acesso em: 24 set. 2012.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, silêncio. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RAMALHOSO, Wellington. **CNV conta história do líder camponês Manoel da Conceição: Fundador do PT torturado na ditadura foi solto a pedido do papa.** São Paulo: Artigo Publicado em 12/12/2014. Disponível: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/12/12/fundador-do-pt-torturado-na-ditadura-foi-solto-a-pedido-do-papa.htm>
- RIBEIRO, Marlene. **Educação do campo: embate entre movimento camponês e estado.** Porto Alegre- RS, Artigo Publicado: 15/04/2011.
- SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha Utopia.** Paula Elise Ferreira Soares, Wilkie Buzatti Antunes, organizadores. -Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral.** Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992. Acesso em: 24 set. 2012.